

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, às 09:30 hs no Auditório Pantanal/SEMA, ocorreu a 8ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Informes; Aprovação da ATA da 7ª Reunião Ordinária do CEHIDRO e Aprovação da Resolução nº. 12 que estabelece critérios técnicos para outorga no Estado. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do CEHIDRO o Senhor Luiz Henrique Magalhães Noquelli, que registrou a presença dos seguintes Conselheiros: o senhor Rogério Monteiro Costa e Silva representante da SEDER, a Srª. Letícia Bertaia representante da SES, a Srª. Ednir Maria Serigatto representante da UNEMAT, o Sr. Antônio Brant Vecchiato representante da UFMT, a Srª. Cínthia Barroca de Castro representante do IBAMA, a srª. Tarciana do Nascimento Pereira representante da AMM, a srª. Eliana Beatriz N. R. de Lima representante da ABES, o Sr. Renato Blat Migliorini representante da ABAS, a Srª. Ildisneya Velasco Dambros representante da SANECAP, o Sr. Luiz Alberto Pereira e o sr. Genilson André Kezomae representantes do Halitinã, a Srª. Valquíria de Carvalho Azevedo representante do IMADEA. O Secretário Executivo se desculpou por ter uma viagem marcada e ter que ser ausentar da reunião as onze horas, sendo substituído se necessário pelo sr. Leandro Maraschin. O secretário executivo seguiu apresentando os seguintes informes: 1) Substituição da conselheira Carolina Joana da Silva pela conselheira Edenir Maria Serigatto, que passa a representar a UNEMAT; 2) Participação do Secretário executivo na Reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos que se realizará dia 14 de junho de 2007 em Brasília na qual será apresentada a nova estrutura do IBAMA; 3) A realização do Simpósio da Região Norte e Centro Oeste de Recursos Hídricos em Cuiabá, que será o momento de discussão da realidade local. Estará sendo realizado também a 3ª reunião do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas no Parque Massairo Okamura em anexo ao Simpósio pois não foi possível que o mesmo se realizasse no próprio Simpósio, o que seria interessante devido a discussão de temas que interessam ao Estado e que conta com ampla participação dos Estados, como ocorreu em Recife, na 2ª Reunião que foi realizada em Recife e contou com a participação inicial de 14 estados e terminou com 26. Esta reunião que será realizada em Cuiabá vai ser de preparação para o Congresso do Fórum Nacional que será realizado em Foz do Iguaçu; 4) Foi enviada para a SURH uma proposta de Gestão Integrada de Microbacias Hidrográficas a partir da Implantação de Empreendimentos Hidroelétricos que será disponibilizada por e-mail, que em síntese é

a hidroelétrica usar parte da sua receita para a recuperação da bacia. É interessante conhecer esta proposta por ser algo novo, desonera o Estado e o objetivo maior é conseguir implementar os comitês de bacia; 5) O secretário Executivo colocou também que a exigência da liberação, por parte do Estado, da reserva de disponibilidade hídrica – RDH, o qual é um documento indispensável para a obtenção da LP, LI e LO pelas hidroelétricas, bem como permite as mesmas participarem de leilões de energia elétrica. Para emitir o RDH, temos um acordo de cooperação técnica com a ANA que está funcionando, mas faltava a participação da ANEEL para concretizarmos a emissão. Então estive uma reunião em Brasília e foi fechado um acordo para ser liberado o RDH depois da capacitação que ocorrerá nos dias 11, 12 e 13 em Brasília. Entretanto existem duas hidroelétricas que estão aptas a receber o RDH e precisam do documento até o dia 10 para participar de um leilão de energia elétrica, mas só poderemos emití-lo a partir do dia 13; 6) Esta ocorrendo na Coordenadoria de Outorga e Licenciamento uma capacitação dada pelo Josias para que seja implantado no Estado o Sistema de Informação de Águas Subterrâneas – SIAGAS; 7) O secretário executivo falou que os encontros públicos para a discussão do Plano Estadual de Recursos Hídricos tiveram suas datas alteradas devido a um atraso na entrega dos relatórios por parte dos consultores. Devido a este atraso, a Secretaria Executiva entrará em contato com os conselheiros para que os mesmos confirmem se poderão participar dos encontros nas novas datas. O secretário executivo enfatizou ainda a importância da participação dos conselheiros, uma vez que o CEHIDRO deverá cancelar o plano e colocou que o custeio das diárias e do deslocamento será feito através do PTA, entretanto é necessário que os conselheiros enviem seu RG, CPF, endereço e dados bancários para que seja feita a diária. O conselheiro Rogério solicitou que fosse enviado um e-mail para confirmar a presença e o secretário executivo pediu que no e-mail de confirmação fossem enviados os dados. A conselheira Valquíria questionou se poderia ser incluída no encontro público que será realizado em Barra do Graças devido a ser representante da região, sendo respondida pelo secretário executivo que teriam que ver como será a emissão da diária, pois ela é suplente no conselho. A conselheira Valquíria então colocou que o custo não é um problema pois ela tem uma filha que mora lá, mas que precisaria se agendar na SEDUC, sendo respondido pelo secretário executivo que então a Sibelle irá mandar um e-mail confirmando a presença e colocou ainda que o deslocamento deverá ser feito de van e os conselheiros serão hospedados em um hotel. 8) o Secretário executivo falou sobre o Andamento da Alteração do Código Ambiental do Estado, mas antes colocou que a Conselheira

69 Alessandra Panizi, que é a relatora da Câmara Temática de Recursos Hídricos e
70 Mineração questionou se os conselheiros gostariam de receber por e-mail os arquivos
71 que estão sendo discutidos, para poderem dar opinião. Sendo colocado em votação, foi
72 aprovado por unanimidade. Em seguida, o secretário executivo passou a palavra para o
73 sr. Nédio Pinheiros, Coordenador de Outorga e Licenciamento para que ele colocasse os
74 andamentos da Câmara Temática de Recursos Hídricos e Mineração. Ele iniciou sua fala
75 colocando que a relatora desta Câmara era a conselheira Alessandra Panizi e a
76 conselheira Valquíria questionou de onde é esta Câmara, sendo respondido pelo sr.
77 Nédio que ela Pertence á Discussão do Novo Código Ambiental do Estado. O sr, Nédio
78 continuou afirmando que no código atual existem poucos artigos que tratam de recursos
79 Hídricos e que no novo código esta questão esta sendo inserido, especialmente os
80 instrumentos da Política, e que as reuniões são realizadas todas as sextas as 14:15 na
81 Assembléia Legislativa e estão abertas para quem quiser participar, sem direito a voto. O
82 secretário executivo complementou que existe a questão do percentual de geração de
83 energia elétrica repassado pelos empreendimentos hidroelétricos, que é de 10% para a
84 União, 45% para o Município e 45% para o Estado. Desta porcentagem do estado 50% é
85 destinado a SICME e 50% é destinado para a Sema e aqui dentro não se tem definição
86 do uso, mas o consenso é que seria utilizado na bacia hidrográfica. O secretário executivo
87 complementou ainda que existem rumores que a Câmara dos Deputados esta querendo
88 alterar este percentual, mas ainda não existem dados concretos para serem
89 apresentados. A conselheira Valquíria colocou que parte do recurso do FEMAM foi
90 destinado a construção de estradas, sendo complementado pelo secretário executivo que
91 este é o momento para estes pontos serem defendidos. Continuando a pauta, o secretário
92 executivo colocou que temos uma resolução que trata da outorga no Estado para ser
93 apreciada pelo conselho entretanto antes a Gerente de Outorga, a sr^a. Ellen Pantoja, iria
94 fazer uma palestra explicativa sobre a resolução, passando em seguida a palavra a
95 mesma. A sr^a. Ellen iniciou a palestra colocando que seria realmente explicativa pois em
96 2004 o conselho já havia aprovado uma resolução sobre a outorga no Estado, entretanto
97 na época a SEMA não tinha estrutura para a emissão de outorga e o contexto hoje
98 também é outro, então aquela resolução foi dividida entre Decreto, Resolução e Portaria
99 de acordo com o que compete a cada um. Colocou ainda que o Decreto esta na Casa
100 Civil para assinatura e publicação e apresentou as principais alterações entre as duas
101 resoluções. Após a apresentação das alterações o secretário executivo colocou que o
102 conselho já tinha aprovado a outorga, só que não existia condições técnicas então não foi

103 posto em prática, mas agora a SEMA esta agindo certo, legalmente, não fazendo uma
104 outorga cartorial e sendo inclusive elogiados pela forma como as atividades estão sendo
105 desenvolvidas no estado. Para evitar que se ocorra o que ocorreu na SGF, continuou o
106 secretário executivo, não será exigido de uma hora para outra que todos os
107 empreendimentos tenham outorga, mas sim irá ser priorizada uma bacia e
108 empreendimentos, sendo Iniciado pela P5, bacia do rio São Lourenço em Rondonópolis,
109 por ser uma bacia estadual e serão escolhidos cinco ou sete empreendimentos para
110 serem os primeiros a obter a outorga. A RDH não tem como ser os primeiros porque
111 estão na região amazônica. O que se tem certeza é que saneamento, irrigação e grandes
112 indústrias serão priorizados. O conselheiro Rogério colocou que gostaria que os
113 conselheiros fossem avisados desta operacionalização para que pudessem ajudar. O
114 secretário executivo colocou que todos os arquivos e roteiros serão encaminhados para
115 os conselheiros pois queremos que o Conselho participe e chancela as decisões. Colocou
116 ainda que esta sendo realizada uma licitação para contratação de uma consultoria e que
117 os envelopes deverão ser abertos no dia 13 de junho, afirmando ainda que a SURH
118 recebeu questionamentos com relação ao prazo da consultoria ser de 18 meses, sendo
119 respondido que neste prazo já ocorreram todos os problemas possíveis e que assim eles
120 nos ajudariam a resolve-los, sendo observado na licitação também que a contratante
121 deverá trabalhar aqui na SEMA, para evitar dependência em relação a eles. Em seguida o
122 secretário executivo abriu para questionamentos, sendo perguntado pela conselheira
123 Eliana se nesta resolução, assim como na outra, não seria tratado da outorga qualitativa
124 sendo esta deixada de lado temporariamente, sendo respondido pela sr^a. Ellen que a
125 principio seria realizada apenas outorga de captação superficial, passando em seguida
126 para captação subterrânea e por último para diluição de efluentes. O conselheiro Caetano
127 colocou que dependendo do córrego 20% de captação individual é pouco para uma
128 indústria, e que muitas vezes esta indústria devolve a água ao rio melhor do que captou,
129 sendo respondido pelo secretário executivo que este tipo de questão pode ser trazida
130 para o conselho e se for provado tecnicamente a necessidade pode ser liberada uma
131 maior captação. O conselheiro Caetano colocou ainda que tem receio de ser um conselho
132 muito rígido e o mesmo não permitir a captação, sendo respondido pela sr^a. Ellen que
133 justamente para abrir este caminho que foi colocada a possibilidade de ser levada a
134 questão ao conselho, pois nas primeiras legislações não tinha limitação individual e vinha
135 um grande usuário e captava todo o permitido para o corpo d'água. Colocou ainda que
136 nenhum estado permite mais de trinta por cento de captação individual. O conselheiro

Caetano questionou sobre quais seriam os parâmetros de curto, médio e longo prazo, sendo respondido pela sr^a. Ellen que isto ainda será definido. A conselheira Cíntia questionou se existia previsão para a outorga preventiva, sendo respondido pela sr^a. Ellen que este ponto está colocado no decreto, onde diz que a SEMA poderá emitir, mas a intenção é que não vire rotina até porque para hidroelétrica é uma outorga preventiva e fora este caso somente empreendimentos devem ter, sendo complementado pelo secretário executivo que por inércia do interessado esta outorga preventiva pode ser retirada também, até mesmo para se evitar que isto se torne um comércio. Colocada em votação pelo secretário executivo, a resolução foi aprovada por unanimidade. Antes de encerrar a reunião, o secretário executivo falou do Mestrado em Recursos Hídricos, sendo colocado pela conselheira Eliana que o departamento de Engenharia Sanitária faz parte deste programa e que o mesmo este ano abriu somente 10 vagas, mas ano que vem será realizada outra seleção com maior número de vagas. A conselheira Valquíria propôs que fosse aberta uma linha de pesquisa voltado para legislação ambiental, com a participação de professores do curso de direito, sendo respondido pelo conselheiro Antônio Vecchiato que este ponto está sendo conversado, mas por enquanto não existe esta possibilidade. Nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 10:56 hs e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

LUIS HENRIQUE C. DALDEGAN
Presidente do CEHIDRO

LUIZ HENRIQUE M. NOQUELLI
Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 30/07/2007.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*